

POLÍTICAS DE INCLUSÃO POR MEIO DO ESPORTE: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DO “PROJETO ESPORTE CLUBE CIDADÃO”.

Leandro Silva Vargas
Deninson Nunes Ferenci

RESUMO

Este estudo buscou identificar os diferentes modos de percepção do trabalho desenvolvido pelo Projeto Esporte Clube Cidadão, desenvolvido pela Associação Cristã de Moços – ACM, que é uma instituição filantrópica com sede no Rio Grande do Sul. Foram avaliados, quais os limites da instituição e como se processam os vínculos entre a ACM Vila Restinga Olímpica e a comunidade beneficiada por esta. Este estudo procurou discutir tanto na perspectiva da instituição, quanto da comunidade (dos participantes), a implementação de políticas de inclusão social por meio do esporte.

Palavras chave: Esporte; inclusão social; exclusão social; ACM.

ABSTRACT

This study sought to identify the different modes of perception of the work of the Project Citizen Sports Club, developed by the Association of Christian Guys - ACM, a philanthropic institution established in Rio Grande do Sul were evaluated, which limits the institution and how process is the relationship between the ACM Restinga Olympic Village and the community benefited by it. This study sought to discuss both the perspective of the institution, as the community (of participants), the implementation of policies for social inclusion through sport.

Keywords: sport; social inclusion; social exclusion; ACM.

RESUMEN

Este estudio buscó identificar los diferentes modos de percepción del trabajo desarrollado por el “Projeto Esporte Clube Cidadão”, en la “Associação Cristã de Moços” – ACM, que es una institución filantrópica con sede en Rio Grande do Sul. Fueron evaluados, cuáles los límites de la institución y cómo se procesaron los vínculos entre la ACM Vila Restinga Olímpica y la comunidad beneficiada por ésta. Este estudio procuró discutir tanto en la perspectiva de la institución, como de la comunidad (de los participantes), la implementación de políticas de inclusión social por medio del deporte.

Palabras llave: deporte; inclusión social; exclusión social; ACM.

Introdução

O esporte vem sendo utilizado, pela ACM Vila Restinga Olímpica, como uma das ferramentas para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Através desta política, a instituição busca aumentar o rendimento escolar e propiciar a socialização das crianças e jovens, os quais fazem parte de um contexto que tem por característica a precariedade dos direitos sociais. Pressupondo que a instituição em questão tem por objetivo, através do Projeto Esporte Clube Cidadão, "promover

inclusão social" e que os participantes procuram voluntariamente ou são encaminhados por órgãos públicos para participar do Projeto, levou-nos a questionar como esses dois grupos distintos, instituição e participantes, viam o Projeto Esporte Clube Cidadão, sua participação nele e o papel atribuído a este nas suas vidas.

Políticas públicas de incentivo ao esporte como socialização

O Estado, compreendendo uma comunidade de interesses, passou a necessitar de uma ampla revisão diante do esporte depois que este se renovou conceitualmente visto que é o Estado que cria o Direito, adaptando-o às condições da realidade social.

O esporte, que para Tubino (2001), era autogovernado até os anos trinta, passou a receber inferências diferenciadas nos países capitalistas e socialistas. As intervenções que passam a ocorrer após os anos 1930 no esporte são sob as formas de financiamentos, legislações específicas, criação de órgãos responsáveis pela formulação de políticas e normatizações esportivas e introdução de textos relativos ao esporte nas constituições.

O papel do Estado no fomento do esporte parece mais sensível nas suas ações políticas, refletindo as inevitáveis diversidades internas das nações. É o Estado que tem a capacidade institucional e política de tratar, de forma interdisciplinar, a imensa variedade de problemas sociais de responsabilidade pública.

Muitos programas de esporte popular, ligados a ações governamentais, têm fracassado, devido às contradições internas dos seus conteúdos em relação às populações ou aos grupos a que são direcionados. A dificuldade encontrada está em conseguir subtrair as diferenças sócioeconômicas que, inequivocamente, levam a diferenças culturais, de valores, de rendimento e de produtividade.

Uma das funções sociais do Estado, para Tubino (2001), é incentivar a iniciativa privada. Para isto tem oferecido legislações de incentivos, inclusive fiscais, para que as empresas e à comunidade esportiva promovam o desenvolvimento de esportes junto a comunidades.

As políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil, período compreendido entre 1996 a 2005, segundo Suassuna e Almeida (2006), vem considerando que uma das dimensões do esporte é a recreação. Nesse sentido, o lazer foi adotado como sendo um dos temas a serem trabalhados pelas políticas do esporte. Sob este viés, o tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, foi “Esporte, lazer e desenvolvimento humano”, na II Conferência Nacional de Esporte, realizada em maio de 2006, ambas em Brasília, o tema em questão foi “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. A definição da Política Nacional de Esporte e Lazer recebeu contribuições destas conferências. O Ministério do Esporte atualmente conta com dois programas de esporte de dimensão recreativa, sendo estes o “Programa Segundo Tempo”, destinado para o esporte “educacional” e o “Programa Esporte e Lazer da Cidade” que absorveu o “Programa Esporte Solidário”. O Programa “Esporte e Lazer da Cidade”, busca desenvolver ações voltadas para a intervenção social, sem esquecer das ações direcionadas para o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. A noção de políticas intersetoriais já presente no documento final da I Conferência Nacional do Esporte expressava as ações de promoção do esporte e do lazer que deveriam estar “[...] articuladas ao princípio de inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e *organizações da sociedade civil*, direcionadas à população, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social” (ME, 2004: 28 apud SUASSUNA; ALMEIDA, 2006, p. 18) [grifo nosso]. A

intersectorialidade aponta para a definição de políticas que dêem continuidade aos programas. Fica explícita a existência de interdependência entre os diferentes setores e entre as várias esferas de governo, assim, as ações tornam-se mais abrangentes contribuindo para que sejam atendidos o maior número possível de cidadãos.

Cumpra assinalar, conforme Lopes (2006), que o campo dos conflitos relacionados à autonomia e à liberdade tem sua relação capital x trabalho deslocada para as lutas pela apropriação do fundo público. Através deste deslocamento, configuraram-se novos direitos

sobre os investimentos do fundo público em políticas sociais orientadas para novas problemáticas da vida social. E nesse campo que se enforma todo um conjunto de Organizações Não Governamentais (ONGs), com objetivos e áreas diversas de atuação e de representação dos segmentos sociais de sujeitos contemporâneos (p. 87).

Salienta Lopes (2006) que na esfera pública ocorreram disputas por projetos sociais distintos, na busca pela apropriação dos fundos geridos pelo Estado, que constituiu importante apoio para a argumentação oficial de que era necessário reformar o Estado, isentando este de parte de incumbências acordadas com a sociedade. Ao mesmo tempo em que essas Organizações levam a efeito projetos que tem financiamento por fundos públicos e várias são as ocasiões que acabam por serem tuteladas pelo Estado, reproduzem assim, funções institucionais junto àqueles a que são dirigidos os projetos.

Ao utilizar o esporte como meio de bem-estar social, o Estado precisa buscar executar programas com qualidade efetiva, relacionada à educação, saúde, seguro desemprego, terceira idade, infância em situação de carência e abandono, além de outras áreas com problemas sociais agravados.

O termo ONG, Organização Não Governamental, conforme Horochovski (2003), está presente, inicialmente, em documentos da ONU, na Ata de Constituição desta instituição mencionava-se Organizações Não-Governamentais que o Conselho Econômico e Social da ONU poderia vir a estabelecer consultorias. O termo ONG¹, no Brasil, aparece na década de 1980 com objetivo de identificar entidades que formavam-se desde os anos 1970, mesclando o cristianismo e o marxismo, militância e profissionalismo, através de cooperação internacional não governamental. Estas entidades ampliaram-se durante o período da redemocratização, embora suas origens sejam anteriores, vinculadas aos movimentos de educação popular, com participação católica, e movimentos culturais ligados a entidades estudantis. As organizações da sociedade civil, nos anos 1980, apontavam para redes amplas de pressão e resistência,

¹ Horochovski (2003, p. 114), utiliza para a categoria ONG o conceito da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG, como: "tradição de resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; **compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania** e da defesa na ética na política para consolidação da democracia" (ABONG, 2002, p. 7 apud HOROCHOVSKI, 2003, p. 114). [grifo nosso]

buscaram articulações e atuação na procura de novas formas de viver tornando-se mediadoras neste processo. As ONGs consolidaram-se nos anos 1990 com a institucionalidade democrática, passaram a adotar o modelo de "projeto" na busca de recursos públicos e privados para que possam prestar serviços a seu público-alvo. As ONGs passam a ser vistas pelo Estado como parceiras no atendimento às necessidades que não pode suprir na busca por equilíbrio fiscal e diminuição de gastos.

Duas em cada três ONGs, no ano de 2000, no Brasil, segundo Horochovski (2003), receberam apoio financeiro governamental. Em 100 ONGs das quais foi possível precisar o percentual das fontes de financiamento, em uma pesquisa, 46 ONGs possuíam fraca dependência do Estado. Em 28 destas organizações, o grau de dependência era médio e com alta e altíssima dependência do Estado representaram 13 organizações para cada categoria.

Evidencia-se, ainda, segundo o autor, que este tipo de instituição, a partir da década de 1980, complementa e muitas vezes até substitui o Estado no enfrentamento das questões sociais, motivado pela crise de financiamento em que muitas vezes se encontra o agente estatal.

Exclusão social

A exclusão se manifesta pela perda do lugar conquistado na responsabilidade pública social e pela discriminação, quando não respeitado o direito à diferença. A idéia de exclusão social se constitui no contraponto da concepção de universalidade e dos direitos sociais, configura-se como negação da cidadania.

Nesse sentido, para Bulla, excluídos são:

[...] todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores. Logo, os excluídos não são simplesmente aqueles rejeitados física, geográfica e materialmente, ou os alijados do mercado de trabalho que não têm acesso a bens e serviços, mas são também aqueles cujos valores não são reconhecidos socialmente, logo são excluídos culturalmente (2004, p. 41).

Pode-se dividir as dimensões da exclusão social em três: a econômica, a sócio-cultural e a política. A econômica refere-se ao desemprego e a precarização crescente das relações de trabalho, que provocam processos de desfiliação, ou seja, de não integração ao mundo do trabalho, trazendo conseqüentemente uma ruptura progressiva da inserção social.

Castel afirma que:

Na maior parte dos casos, "o excluído" é de fato um *desfiliado*² cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a

² A expressão "*desaffilié*" é um neologismo na língua francesa. O termo vem sendo traduzido por desfiliação e/ou desafiliação, termos também inexistentes na língua portuguesa [Nota das tradutoras].

estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis (2004, p.24) [grifo do autor].

Na sociedade salarial, a situação de emprego desempenha forte papel integrador que incide sobre a identidade do sujeito. O desemprego, além da restrição a bens e serviços, traz o sentimento de inutilidade, de incapacidade pessoal, da falta de um lugar digno na sociedade.

Para Adriana Furtado et al:

A exclusão econômica é produzida pela não inserção no mercado de trabalho ou por uma inserção precária, implicando em dificuldades de acesso à propriedade, capital, educação, capacitação profissional e emprego. Isso resulta na existência de unidades domiciliares cujos rendimentos mostram-se insuficientes à sobrevivência do grupo familiar (2004, p.18-19).

A dimensão sócio-cultural refere-se à participação nas redes primárias, instituições e organizações, além da participação na constituição de normas e valores socialmente aceitos como válidos. O imaginário social associa a situação de pobreza ou desemprego à marginalidade e violência, criando assim situações de discriminação. Inclui-se nessa dimensão a discriminação por gênero, etnia, religião, ou ainda, a não aceitação de valores diferenciados, idéias e modos de vida.

Furtado et al, afirmam que:

A exclusão cultural consiste na inexistência, precariedade ou ruptura das relações sociais primárias (família, vizinhança, bairro) impedindo a geração ou preservação do capital social³, que poderia amenizar as dificuldades de sobrevivência dos mais pobres (2004, p. 19).

Os excluídos, na visão de Bulla (2004), muitas vezes, são reprimidos e rechaçados da família, da escola, da comunidade, sentindo-se fracassados e inferiorizados. Exclusão não é sinônimo de inexistência de relação social, mas a privação de participação nos espaços sociais legitimados.

A dimensão política é vinculada à cidadania, diz respeito ao acesso aos direitos civis como igualdade, proteção, justiça, entre outros; políticos: tomada de decisões, participação; sociais: garantia a bens e serviços básicos, proteção social, saúde, habitação, educação, entre outros. Neste contexto, é preciso estar atento para a necessidade de que se tenha tratamentos diferenciados no enfrentamento dos múltiplos processos de exclusão social.

³ Por capital social entende-se as relações de familiaridade e confiança e o compartilhamento de normas e valores que permitem o desenvolvimento da solidariedade e cooperação, potencializando a busca do bem comum e o manejo de situações de risco como a pobreza. [nota dos autores]

A exclusão política funda-se na dificuldade encontrada pelos segmentos pobres da população em manter uma organização mínima que lhes permita participar dos processos de tomada de decisões que afetam as suas condições de vida e desenvolvimento, o que resulta em prejuízos à sua qualidade de vida e inserção no mundo social (FURTADO et al, 2004, p. 19).

A desqualificação social, associada ao processo de exclusão, está ligada a fracassos e contínuas perdas de integração. A desqualificação social interfere nas relações com o outro, incitando o fechamento sobre si mesmo. Mesmo as relações na própria família são afetadas. A desqualificação profissional soma-se a desintegração familiar. Tais situações levam a pessoa que se encontra em situação de exclusão a perder rapidamente suas principais referências e ela passa a viver uma profunda crise de identidade.

Portanto, a exclusão deve ser contextualizada no tempo e no espaço onde ocorre, pelo fato de se tratar de um fenômeno histórico, socialmente constituído. Não se pode trabalhar com a noção de exclusão social em países ditos de capitalismo avançado, sem verificar as transformações no mundo do trabalho e suas implicações sobre a redução do sistema de proteção social, a emergência do desemprego e a precarização das relações de trabalho como problemas centrais dessas sociedades. É nesse contexto que se verifica os desempregados de longa duração e os jovens que não conseguem fazer parte do mercado produtivo por serem, na grande maioria, despreparados.

Metodologia

A pesquisa desta etnografia esteve voltada para problematizar os diferentes modos de percepção do trabalho desenvolvido pelo Projeto Esporte Clube Cidadão, através da ACM Restinga Olímpica, tanto na perspectiva da instituição, quanto da comunidade (dos participantes), visando discutir aspectos da implementação de políticas de inclusão social por meio do esporte.

Para tanto, utilizei o sistema de pesquisa mista, ou seja, quantitativa, através de modelos estatísticos que descrevam aspectos do grupo estudado e qualitativo para interpretar a situação social existente no âmbito do projeto.

As entrevistas abertas foram realizadas com todos os principais segmentos com atuação no Projeto, coordenador, professores, educandos(as) e familiares, com a seguinte projeção: educandos (as), e seus familiares, dois professores, um coordenador geral e dois estagiários da área de Educação Física. Estas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Ao longo desta observação, examinou-se, dentro de um referencial-teórico, a exclusão social em suas múltiplas facetas, o esporte como uma possibilidade de ressocialização e de “inclusão social”. Na metodologia, apresentei os métodos utilizados para a pesquisa deste estudo de caso que esteve voltada para problematizar os diferentes modos de percepção do trabalho desenvolvido pela ACM que busca proporcionar “inclusão social” por meio do esporte.

Procura-se aqui investigar, através destes dados, os serviços oferecidos pela instituição, os sentidos atribuídos a elas pelos educandos, bem como pelos seus familiares e comunidade.

Associação cristã de moços – ACM e o projeto esporte clube cidadão

A Associação Cristã de Moços – ACM, sede do Rio Grande do Sul, é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, conta como apoio do Instituto Dunga⁴ de Desenvolvimento do Cidadão - IDDC, além de empresas e instituições privadas e públicas, do Ministério do Esporte e Turismo, Prefeitura de Porto Alegre e Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Conforme histórico da instituição (HISTÓRICO..., 2005), foi fundada na cidade de Porto Alegre, em 26 de novembro de 1901. Esta entidade é uma instituição internacional, segundo (ACM..., 2005-a), criada no ano de 1844, em Londres, Inglaterra, por George Williams, a ACM-YMCA, que está presente em mais de 120 países, contando com 14.000 sedes e aproximadamente 45 milhões de associados. A ACM atua nas áreas do esporte, lazer, voluntariado, educação e assistência social.

A ACM do Rio Grande do Sul, conforme consta em seu endereço eletrônico, tem por Missão “Promover a vida, como agente de transformação da sociedade, trabalhando com amor por justiça e paz, de acordo com a mensagem cristã” (ACM..., 2006-b). Os valores são definidos como: dimensionando-os na relação ALMA, CORPO e MENTE, representadas pelas condutas de amor, solidariedade, respeito às diferenças, ética cristã, justiça e qualidade de vida” (ACM..., 2006-b).

O coordenador do Projeto Esporte Clube Cidadão, senhor Alexandre, informou que a ACM Vila Restinga Olímpica, palco da pesquisa, deu início a seus atendimentos em abril de 2002. A estrutura projetada compreende uma área construída de 2.640 m² com capacidade para abrigar centenas de jovens e oferecer a eles lazer, esporte, alimentação, educação, cultura e capacitação profissional. Sendo que o terreno onde se localiza esta instituição é de aproximadamente um hectare, cedido pela prefeitura. Esse terreno está situado no quinto distrito do bairro Restinga, Av. João Antônio da Silveira, 4065, zona sul da cidade de Porto Alegre.

Projeto esporte clube cidadão

Conforme o Coordenador esportivo da ACM Vila Restinga Olímpica, educador Rodrigo Bonetti, atualmente são beneficiados 390 educandos(as) entre sete e dezesseis anos de idade, através de atividades complementares nas áreas de educação física, artes, expressão, pedagogia e serviço social.

Os participantes do Projeto, segundo o Coordenador esportivo, são divididos em dois grandes grupos, conforme a idade. O primeiro grupo com 220 meninos e meninas com idade de sete a doze anos, o segundo grupo com 170 meninos e meninas com idade de treze a dezesseis anos. Estes dois grandes grupos são divididos em subgrupos de aproximadamente quatorze educandos e educandas, o primeiro grupo com 14 subgrupos e o segundo com 3 subgrupos.

Como um dos indicadores tradicionalmente empregados para aferir exclusão social consiste na defasagem escolar, constatamos que os educandos e as educandas do

⁴ Carlos Caetano Bledorn Verri - "Dunga", esportista que teve projeção nacional e internacional no esporte que praticava, futebol. Capitão do Tetracampeonato Mundial de Futebol.

Projeto Esporte Clube Cidadão não apresentam tal defasagem, ou seja, os educandos e educandas estão nas séries escolares adequadas, portanto estes dados indicam que os participantes do projeto não se encontram “excluídos” em relação a este item.

A interação dos educandos e educandas relacionada aos educadores e equipe dirigente, através da observação participante, configurou-se como predominantemente positivas, centradas em especial na figura do educador e das pessoas de apoio com quem têm mais contato. Na sua grande maioria, os(as) educandos(as), afirmavam gostar de fazer parte do grupo a que pertencem, aceitam e respeitam os ícones de autoridade que se fazem presentes. Pode-se considerar que os beneficiados pelo projeto consideram que o grupo tem semelhança ao de uma família de caráter ideal tendo como centro aglutinador das escolhas positivas os educadores, os quais são respeitados e admirados.

Segundo o educando “Diogo”, doze anos, antes de frequentar o projeto: “*Ah, eu ficava brincando na rua*”. O educando “Guilherme”, doze anos, tinha o mesmo destino “*Ah, ficava na rua brincando*”. Já o educando “Angelo”, dez anos, “*Ficava em casa olhando TV*”. A educanda “Maria”, doze anos: “*Eu ficava arrumando a casa. Saía [para brincar na rua]*”.

Face ao exposto, cumpre assinalar que o esporte, como uma ferramenta que integra meninos e meninas a outras atividades colabora para um determinado nível de “inclusão social”, já que os educandos e as educandas participam de oficinas de artes, têm aulas de informática, acompanhamento pedagógico e têm que permanecer matriculados em escola regular, cumprindo assim o seu papel, haja visto que a grande maioria dos educandos e educandas participantes do Projeto Esporte Clube Cidadão sentem-se atraídos pelo esporte.

O fato de o projeto estar relacionado ao esporte em geral e não somente ao futebol faz com que a presença tanto masculina quanto feminina seja homogênea, com pequenas variações conforme o dia. Grande parte dos educandos é, também, atraída pelo fato do projeto receber apoio dos jogadores de futebol Dunga e Tinga, sempre existindo uma expectativa de profissionalização no futebol, ou seja, ser visto por olheiros⁵. O educando Diogo expressa essa expectativa “*Gosto dos esportes, mas gosto mais de jogar bola e meu ídolo é o Dunga, um dia eles [olheiros] podem me ver jogando e aí me contratam*”.

No entanto, em nossa observação, não percebemos a presença dos chamados “olheiros”. A equipe dirigente afirma que esta não é a intenção do projeto e não compactua com este tipo de “profissional”.

Comunidade: a percepção da sua origem social e do projeto esporte clube cidadão

Por intermédio das entrevistas verifiquei como a comunidade percebe sua origem social e como entende o Projeto Esporte Clube Cidadão. Há também o modo como se processa o papel de agente formador de cidadania condicionado pela especificidade do contexto socioeconômico no qual se incluem, levando em consideração a permanente interação com os atores beneficiados pelo projeto.

Em relação à “exclusão”, conforme se refere o Líder Comunitário “Luis” quando diz que: “eu acho que o ‘Dunga’ exclui as crianças quando as mesmas são muito bagunceiras”, por sua vez, a equipe dirigente afirma que há falta de vagas para atender a todos os que procuram o projeto pela limitação de estrutura física e financeira. No

⁵ Nome que se dá aos profissionais encarregados de descobrir novos talentos na área do esporte, em especial, neste caso, o futebol.

entanto, a fala do líder comunitário “Luis” vem ao encontro dos dados recolhidos na pesquisa, ou seja, segundo a amostra dos questionários, na sua totalidade, os educandos e as educandas não apresentam defasagem escolar. Face ao exposto, evidencia-se que, em sua maioria, o Projeto Esporte Clube Cidadão “inclui” a população infanto-juvenil que está minimamente incluída. O projeto, por estrutura funcional ou por opção, trabalha com crianças pobres e não crianças miseráveis. As crianças pobres estão no projeto buscando um futuro promissor que hoje se encontra na classe média através das opções de oficinas oferecidas pelo projeto.

Um dos aspectos que consideram relevantes, além desta “proteção”, é que elas podem ter infância, brincar, estudar, ter acesso às artes, à inclusão digital, ao esporte podendo fazer aflorar suas habilidades e ter uma convivência sadia.

João, pai de dois educandos, salienta a questão da pessoa portadora de necessidades especiais como é o caso de “Marcos” que “*não escuta e nem fala*”, o qual está integrado no grupo “normal” e isto contribui para a inclusão e emancipação das crianças portadoras de necessidades especiais podendo proporcionar autonomia pessoal e social, colaborando, assim para uma melhor qualidade de vida favorecendo a satisfação pessoal, a auto-estima e as atitudes positivas. Em relação aos educandos e educandas considerados “normais”, é proporcionada a convivência com a variedade humana e a aprendizagem através da cooperação.

Em relação à “exclusão”, conforme se refere o Líder Comunitário “Luis” quando diz que: “eu acho que o ‘Dunga’ exclui as crianças quando as mesmas são muito bagunceiras”, por sua vez, a equipe dirigente afirma que há falta de vagas para atender a todos os que procuram o projeto pela limitação de estrutura física e financeira. No entanto, a fala do líder comunitário “Luis” vem ao encontro dos dados recolhidos na pesquisa, ou seja, segundo a amostra dos questionários, na sua totalidade, os educandos e as educandas não apresentam defasagem escolar. Considera-se ainda que a ansiedade dos responsáveis de crianças e jovens para que eles façam parte do PECC vem do fato de o projeto ter se tornado uma referência dentro do Bairro Restinga em relação à formação e à segurança das crianças por tirá-las da rua e proporcionar atividades lúdicas através do esporte.

Universo da equipe dirigente

A instituição socializadora participa, desde cedo, da formação de valores dos educandos e educandas, procurando proporcionar vivências que orientem para o presente e o futuro. Tornando-se, assim, um espaço de relações humanas, construção de modelos e experiências.

A instituição detém certa representatividade e respeitabilidade junto a educandos, educandas e comunidade. Essa respeitabilidade é motivada por ser encarada como um espaço de referência e pelo sentimento de pertencer, formar parte, através da posição social que ocupa como um núcleo organizado, já que possuem a condição de se configurar como forma de aproximação entre educandos(as), família e comunidade.

Conclusão

Pode-se sustentar neste estudo que o esporte exerce grande poder agregador e motivador de identidade cultural sobre os educandos e educandas, atores desta pesquisa, seja pela reconhecida “paixão nacional” que é o futebol, tendo como padrinho do projeto Carlos Caetano Bledorn Verri, mais conhecido como “Dunga”, atleta

consagrado na modalidade de futebol ou, de forma geral, relacionado aos outros esportes como atletismo, basquete, vôlei, handebol, os quais proporcionam que haja certa equidade em relação ao gênero. Foi destacado, também, o entendimento cultural do esporte como um fenômeno reprodutivo das relações sociais através da ludicidade, da criatividade da educação, do lazer, da tomada de iniciativas, da tomada de decisões e na formação de cidadãos participantes da sociedade. Pude perceber que o esporte permaneceu integrado e harmônico em conjunto com as outras atividades paralelas.

Constatei que o “Projeto Esporte Clube Cidadão”, no universo investigado, proporciona atividades que eram desconhecidas por boa parte dos educandos e educandas antes de virem a fazer parte do projeto. Nesse contexto, os educandos e educandas reconhecem como benefícios recebidos do “Projeto Esporte Clube Cidadão” o sentimento de pertencer, de formar parte, incluir-se.

Considero, a partir deste estudo que o esporte como ferramenta de desenvolvimento integral da criança e do adolescente pode cumprir seus objetivos na construção das relações sociais, dos valores e da afirmação positiva de sua identidade. Proporciona uma melhor interação com outros autores sociais oferecendo oportunidades para que educandos e educandas promovam o uso do raciocínio e das habilidades de modo que possam enfrentar os problemas vivenciados no dia a dia de forma consciente.

Referências

ACM Perfil (2006-b). Perfil da ACM Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<http://www.acm-rs.com.br/>> Acesso em 26 out. 2006.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (org). As Múltiplas Formas de Exclusão Social. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CASTEL, Robert. Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2004.

FURTADO, A. COSTA, B. M.; MACEDO, C. E. G.; FERMANO, L. R. B.; MACERATA, M. A.; SILVA, M. E. M.; BASSANI, V. D. S. Mapa da Inclusão e Exclusão Social. 1. Ed. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2004. v. 01. 80p.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. Associativismo civil e Estado: Um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 1, n. 1 (1), ago.-dez. 2003. p. 109-127.

LOPES, José Rogério. Anthropsys: Relações teórico-práticas entre a Psicologia e a Antropologia. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

SUASSUNA, Dulce; ALMEIDA, Arthur. Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005). 30º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Sessão Temática 03 - Esporte, política e cultura. Disponível em:

<www.unb.br/fef/cedes/arquivos/texto_anpocs-%20politicas_publicas-27-08-06.doc>
Acesso em: 12/10/2006.

TUBINO, Manoel. O Que é Esporte. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Dimensões Sociais do Esporte. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Rede Metodista do Sul. Rua Cel. Joaquim Pedro Salgado, 80. CEP: 90420-060 – Bairro Rio Branco – Porto Alegre-RS. Fone: (51) 3316.1278/97332224/99555342. Recurso tecnológico: Power point. E-mails: deninson.ferenci@metodistasul.edu.br; leandro.vargas@metodistasul.edu.br